



DECLARAÇÃO

Nº 02/2023

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através do Departamento de Meio Ambiente e no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.862, de 26/10/2004, e especialmente a Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011, que atribui ao município a competência ao licenciamento de impacto local, definidos na Resolução do CONSEMA nº 372/2018, conforme informações prestadas na C.I nº 077/2023, declara que **ESTÁ DISPENSADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL** o:

EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de Giruá
CPF/CNPJ: 87.613.048/0001-53
ENDEREÇO: Rua Independência, nº 90
MUNICÍPIO: Giruá – RS

Atividade de: Codram 6.113,00 – Parque de exposições/Parque de eventos (área útil até 5 ha) e Codram 3510,51 – Linhas de distribuição de energia elétrica (até 38 kv);

Localizada: Município de Giruá-RS, Coordenadas Geográficas: Lat. 28°05'02,51" S Long. 54°20'46,07" O

Conforme a Resolução CONSEMA Nº 372/2018 as atividades descritas constam como não incidente de licenciamento ambiental.

CONDIÇÕES E RESTRICÇÕES:

- 1) Deverá obter as devidas licenças ou autorizações urbanísticas de construção, ampliação ou funcionamento conforme necessário;
- 2) O empreendedor é responsável pelo destino adequado dos resíduos gerados na atividade;
- 3) É proibido o depósito de resíduos sólidos e o lançamento de efluentes líquidos em Áreas de Preservação Permanente, cursos d'água e vias públicas, devendo o empreendedor realizar o tratamento adequado;
- 4) É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão competente, conforme parágrafo 3º, Art. 19 do Decreto n.º 38.356, de 01/04/1998;
- 5) Deverão ser integralmente mantida e preservada em suas condições naturais as Áreas de Preservação Permanente – APPs e Áreas de Reserva Legal de acordo com a Lei 12.651/2012;



6) Deverá ser observada a legislação referente à preservação de mata nativa, e em caso de supressão de exemplares arbóreos de vegetação nativa, deverá ser atendida a Lei Nº 11.428 de 22/12/2006 e o Decreto Nº 6.660 de 21/11/2008 com referência à obtenção da autorização prévia emitida pelo órgão ambiental competente.

Este documento declaratório não é válido caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou alguma das condições acima seja descumprida.

Esta DECLARAÇÃO não é um documento autorizatório e não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Giruá-RS, 02 de Junho de 2023.

Fernanda Schulz

Licenciadora Ambiental

Portaria: 7618/2017

Pedro Nirton Duarte

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Portaria: 14.429/2021